



VII Simpósio Nacional de História Cultural
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

**A COLONIZAÇÃO DO *SERTÃO* NA CONSTRUÇÃO DO *NOVO
IMPÉRIO PORTUGUÊS* NA AMÉRICA (1808-1822)**

Sérgio Hamilton da Silva Barra*

A difusão das *Luzes* em território português, evitando a alternativa revolucionária, teve como motivação principal a superação de um sentimento, manifestado por estadistas e letrados portugueses, de que o Império Português encontrava-se em uma situação de decadência econômica e atraso cultural. Deu origem, dessa forma, a uma cultura científica alicerçada em um pragmatismo que, orientado por uma política de Estado, estimulava os estudos de finalidade prática em detrimento dos estudos políticos e filosóficos, tendo como principal objetivo a regeneração econômica do Reino, condição fundamental para evitar a fragmentação do Império. Fruto dessa política de Estado, que tem como marcos a reforma da Universidade de Coimbra (em 1772), e a fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa (em 1779), foi o desenvolvimento do conhecimento dos recursos naturais das colônias, com a finalidade de desenvolver um *novo padrão de exploração colonial* que auxiliasse na superação daquela situação de crise.¹

* Doutor em História Social da Cultura pela PUC-Rio. E-mail: sergioscorza@ig.com.br

¹ A esse respeito, ver SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2006.

O principal incentivador dessa política de fomento do conhecimento e aproveitamento das potencialidades naturais das colônias ultramarinas de Portugal foi D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos (entre 1796 e 1801) e Presidente do Real Erário (entre 1801 e 1803), que passou a ser uma espécie de coordenador das atividades científicas nas colônias, sendo um grande entusiasta das expedições científicas ao ultramar.² Tais expedições, também conhecidas pelo nome de *viagens filosóficas*, tinham o objetivo de realizar o inventário dos recursos naturais desses territórios e das suas aplicações econômicas; e eram complementadas pelo emprego de correspondentes residentes no ultramar (em geral, bacharéis da Universidade de Coimbra, nascidos nos territórios coloniais), a serviço do desenvolvimento científico e econômico do Império. Esses homens compunham aquilo que o historiador inglês Kenneth Maxwell denominou de a “Geração de 1790”. Uma verdadeira “força-tarefa”, nas palavras do autor, incumbida de fornecer informações práticas para a Coroa portuguesa.³ A preocupação de D. Rodrigo com o fomento da produção e exploração das colônias era representativa da sua consciência da fragilidade do Reino e da sua dependência econômica e política em relação aos seus domínios coloniais. O que deixou expresso na *Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América*, que apresentou ao Conselho de Ministros de Portugal em 1798, onde o desenvolvimento da Metrópole passava a ser concebido conjunta e articuladamente ao da sua principal colônia. Revertendo a lógica do processo histórico de dominação colonial, D. Rodrigo buscou construir a imagem de uma “união natural” existente entre os interesses coloniais e os metropolitanos, onde deveria prevalecer o sentimento de pertencimento à nação lusa.⁴

A fragilidade do Reino ficou ainda mais evidente na conjuntura da guerra contra a França napoleônica. Ganhou força, então, a ideia da transferência da Corte portuguesa para a América. Ao ser consultado sobre a situação europeia em 1803, D. Rodrigo de Sousa Coutinho afirmou na sua *Memória sobre a mudança da sede da monarquia*, que Portugal não era a melhor parte da monarquia, e que diante do quadro de incertezas que rondava o Reino na Europa, sempre restaria ao soberano a alternativa de criar um

² SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. *Dom Rodrigo de Souza Coutinho: pensamento e ação político-administrativa no Império Português (1778-1812)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. p. 131-161.

³ MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro. In: *Chocolates, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999, p. 190.

⁴ A respeito dos projetos de D. Rodrigo de Sousa Coutinho de reforma do Império Português, ver LYRA, Maria de Lourdes Vianna. *A Utopia do poderoso império*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

poderoso império no Brasil, de onde poderia tornar a reconquistar o que poderia ter perdido no Velho Continente.⁵ Entender a transferência da Corte portuguesa para a América como a execução de um projeto político é, antes de qualquer coisa, negar a sua interpretação como uma simples fuga (medida irrefletida tomada em um momento extremo de desespero), ou como fruto unicamente da pressão britânica pela abertura de mercados. É atentar para o fato de que esse mesmo projeto esteve em pauta antes, em momentos nos quais a monarquia corria algum risco de perder-se, havendo sido considerada por diversos estadistas e letrados portugueses desde a restauração da monarquia em 1640. Dessa forma, ao finalmente ser posta em prática, em finais de 1807, a transferência da Corte atualizava projetos, longamente acalentados por letrados e estadistas portugueses.

O território onde se vinha criar o *novo império português*, no entanto, ainda carecia de uma unidade ou centralização política, estando constituído de *regiões*, geradas e ordenadas a partir da fundação dos núcleos urbanos coloniais.⁶ Se até então não interessara à metrópole a inter-relação das *regiões* coloniais, a partir da instalação da Corte no Rio de Janeiro tornava-se impositiva a criação de condições práticas de intercomunicação entre todas as partes do território. E, nesse contexto, a abertura de vias de comunicação pelo interior colocava-se como medida prioritária uma vez que, além de necessárias à efetivação da prática administrativa entre a capital do *novo império português* na América e as demais regiões surgidas do processo de colonização, tornava-se indispensável à ocupação plena do território que se queria definido e integrado e à ampliação das transações comerciais.⁷

A criação da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, por decreto de 13 de maio de 1808, também colaborava para a efetiva integração do *novo império*. Fazia parte do processo de instalação do aparelho burocrático do Império português no Rio de Janeiro e estava subordinada à Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, então sob a responsabilidade de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. O que nos permite vislumbrar o

⁵ Carta dirigida ao príncipe regente D. João fazendo uma detalhada exposição sobre as condições políticas da Europa em face das Guerras de Napoleão; aludindo à invasão da Península; e provável invasão às capitanias do Rio Grande e São Paulo pelos franceses. Quinta de São Pedro, 16 de agosto de 1803 – BNRJ/MN, Coleção Linhares, I-29,13,22.

⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 23 a 33.

⁷ LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do poderoso império*, p. 136/137.

importante papel político que lhe era reservado dentro da estrutura administrativa do Estado português. Baseado em um modelo ilustrado de conhecer e intervir na realidade, a fundação de tipografias assumia um lugar importante na política reformista ilustrada de Sousa Coutinho.⁸ A nova tipografia pode ser interpretada como herdeira das tipografias criadas no Reino no âmbito do projeto reformista ilustrado de D. Rodrigo, das quais preservava a função pragmática de impressão e divulgação dos saberes úteis ao desenvolvimento do Império. Ao lado da sua função cultural de difundir o conhecimento das *Luzes* na nova sede do Império Português, no entanto, a Impressão Régia do Rio de Janeiro desempenhou também importante papel de legitimação e sustentação do projeto político posto em prática com a transferência da Corte.

Três tipos de publicação intimamente relacionados entre si, emanados dos prelos da Impressão Régia do Rio de Janeiro, buscavam ressaltar os esforços encetados pelo Estado português para o estabelecimento de uma comunicação mais regular entre a nova Corte do Rio de Janeiro e as regiões mais afastadas da América portuguesa, promovendo um maior conhecimento sobre o estado da colonização dos *sertões* da colônia no início do século XIX: os roteiros de viagem, os mapas estatísticos populacionais e as notícias sobre a pacificação das nações indígenas que ainda habitavam aqueles *sertões*. Como explica Maria Elisa Noronha de Sá Mäder, o *sertão* era entendido pelos habitantes da América portuguesa como o oposto da *região* colonial. Enquanto esta representava o espaço preenchido pela ordem da colonização estabelecida pela Igreja e pelo Estado, aquele era o seu contrário. À medida que avançava o processo de colonização, os indígenas contrários aos portugueses abandonavam o litoral “internando-se” pelos *sertões*. O que colaborou para a construção da imagem do *sertão* como espaço da barbárie e da selvageria. Refúgio para aqueles que se recusavam a se tornar “civilizados”, sob a tutela do Estado português e da religião cristã: “assim, ficavam na costa os gentios mais

⁸ Em 1799 ele havia fundado a Tipografia do Arco do Cego, cuja principal tarefa era colaborar com o trabalho de impressão e divulgação de conhecimentos científicos sobre História Natural no Império português. Essa tipografia foi extinta por decreto de D. Rodrigo de 7 de dezembro de 1801, que também reorganizava a Impressão Régia de Lisboa (criada pelo alvará de 24 de dezembro de 1768), transferindo para essa instituição o pessoal e oficinas da tipografia do Arco do Cego. Significativamente, D. Rodrigo extinguiu o trabalho da Tipografia do Arco do Cego no mesmo ano em que deixava a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos para assumir a Presidência do Erário Régio, ao qual a Impressão Régia de Lisboa estava subordinada. Dessa forma, pode-se afirmar que esse trabalho de impressão e divulgação encontrava-se no centro das preocupações de D. Rodrigo e de seu projeto de reformas ilustradas para o Império. A esse respeito, SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. *Dom Rodrigo de Souza Coutinho: pensamento e ação político-administrativa no Império Português (1778-1812)*, p. 217-222.

“dóceis” ao contato com os portugueses, enquanto fugiam para o sertão aqueles mais hostis, que se recusavam a integrar a ordem da fé ou do Império”.⁹

Os roteiros de viagem, publicados principalmente no periódico *O Patriota: Jornal literário, político e mercantil*,¹⁰ se concentravam principalmente na descrição geográfica dos rios utilizados para se atingir as cidades mais distantes do litoral, uma vez que eles ainda eram as principais vias de acesso aos *sertões* no início do século XIX. Além de informar sobre as condições de navegabilidade dos rios, os roteiros também chamavam a atenção para as suas potencialidades econômicas. Como, por exemplo, na descrição do rio Tietê, ponto de partida do roteiro de uma *Viagem da capitania de São Paulo à Vila de Cuiabá*:

O rio Tietê, que se diz ter 180 a 200 léguas de curso, tem a sua origem nas serranias da costa do mar, entre as Vilas de Santos e S. Sebastião. As suas margens são compostas de frondosos e espessos matos, que produzem várias espécies de frutas silvestres e palmitos de que se utilizam os navegantes. Entre as árvores frutíferas é digna de nota a que produz a fruta chamada Jataiz, que não sabemos classificar, mas cuja casca é de tal grossura que os gentios e sertanejos dela fabricam canoas, em que navegam. Do seu lenho, por ser mui sólido e de muita duração, se servem os moradores com vantagem para a fábrica de seus engenhos de açúcar; e da resina, que com profusão destilam as suas raízes, se utilizam os índios para as suas luzes e para vários enfeites que usam trazer nas orelhas e beijos, preparando-a para este último fim, de maneira que muito se assemelha ao verdadeiro alambre. Estes bosques são todos povoados de grande quantidade de caças e de inumerável variedade de aves. O rio é também fertilíssimo de ótimos pescados.¹¹

A presença de tribos indígenas nos caminhos percorridos também merece especial atenção, sendo sempre indicado o seu grau de amizade ou, pelo contrário, de hostilidade com relação aos colonos portugueses:

Chegando ao rio Taquari, continua a navegação por ele abaixo por espaço de 6 ou 7 dias, até que se chega ao lugar chamado Pouso Alegre, onde se incorporam todas as canoas para prosseguirem a sua derrota

⁹ MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. *O Vazio: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1995. p. 45.

¹⁰ Primeiro periódico dedicado à cultura e às ciências produzido na colônia, publicado entre janeiro de 1813 e dezembro de 1814. *O Patriota* expressava uma concepção ativa e utilitária de patriotismo, oriunda da Ilustração e do enciclopedismo. O patriota era o indivíduo útil ao Estado e que, com isso, demonstrava a sua lealdade e proximidade com o monarca na defesa do governo e das suas instituições. MOREL, Marco. *Pátrias polissêmicas: República das Letras e imprensa na crise do Império Português na América*. In: KURY, Lorelai (org.). *Iluminismo e Império no Brasil – O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 15-39.

¹¹ Viagem da capitania de São Paulo à Vila de Cuiabá. *O Patriota: Jornal literário, político, mercantil, etc.* Rio de Janeiro: Imprensa Régia do Rio de Janeiro, Maio de 1813. n° 5. p. 55/56.

debaixo do comando de um Cabo, que ali se elege para a governar e dirigir e fazer as disposições necessárias para resistirem a qualquer ataque do gentio *Paiaguá*, que vive embarcado. Para este efeito se armam em guerra tantas canoas quantas se julgam necessárias para a defesa das outras, e nelas se embarcam gentes práticas e de valor conhecido, providas de armas de fogo com as competentes munições.¹²

Ao fim do trajeto, que levava cerca de cinco meses ainda no começo do século XIX, a descrição da Vila de Cuiabá ressalta a sua posição de isolamento no *sertão*. Aparecendo como uma *ilha de Civilização* cercada de *barbárie* por todos os lados. Barbárie encarnada nas tribos indígenas que, nas suas *correrias*, destruíam plantações e matavam colonos que depois devoravam, representando um entrave ao desenvolvimento da região:

Esta Vila mui bem conhecida não carece de ser por nós descrita; lamentaremos somente o triste estado deste rico país, pelas incessantes perseguições do gentio *Caiapó*, que continuamente ataca e mata habitantes e escravos pelos sítios e lavras, apesar das suas precauções, o que concorre incrivelmente para o atrasamento da indústria e da agricultura.¹³

Memórias mais completas incluíam além da descrição dos rios que davam acesso às capitanias interiores, como Goiás e Mato Grosso, descrições políticas, históricas e sociais das principais vilas dessas capitanias.¹⁴ Na *Descrição geográfica da capitania de Mato Grosso*, publicada em cinco partes, entre Julho de 1813 e Janeiro/Fevereiro de 1814, por exemplo, é possível encontrar uma descrição da Vila de Cuiabá que inclui um breve histórico da sua fundação, a situação da sua economia no momento da escrita da memória e, mesmo, uma pequena observação sobre a aparência de seus habitantes:

As minas do Cuiabá foram descobertas em 1718; estabeleceu-se o arraial em 1723 e criou-se a vila em 1727. Presentemente é um grande povo, que com as suas dependências monta a 18 mil almas. O país é fértil em carnes, pescados, frutas e hortaliças; as minas são bastante ricas, mas em tempo de seca faltam as águas para minerar; delas se

¹² *Viagem da capitania de São Paulo à Vila de Cuiabá*, p. 53.

¹³ *Viagem da capitania de São Paulo à Vila de Cuiabá*, p. 54/55.

¹⁴ As capitanias de Goiás e do Mato Grosso foram criadas pela Coroa portuguesa em 9 de maio de 1748, a partir de um desmembramento do território da capitania de São Paulo. Que, por sua vez, já era, ela mesma, um desmembramento, feito em 1720, da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, criada em 1709. A capitania de Goiás tinha como núcleo urbano ordenador a Vila Boa de Goiás (atual cidade de Goiás, ou Goiás Velho), e a do Mato Grosso a Vila Bela da Santíssima Trindade do Mato Grosso.

extraem anualmente 20 arrobas de ouro, de toque superior a 23 quilates. Os habitantes são de uma constituição robusta.¹⁵

Alguns autores já ressaltaram a filiação entre o projeto editorial de *O Patriota* e das tipografias criadas no final do século anterior em Portugal sob o comando de Sousa Coutinho. Segundo Lorelai Kury, por exemplo, a diversidade temática dos artigos de *O Patriota*, fruto do caráter enciclopédico do trabalho dos seus colaboradores, e a preocupação didática na forma da abordagem, ligavam o periódico ao ambiente intelectual ilustrado europeu.¹⁶ Essa relação fica ainda mais clara se atentamos para o fato de que o periódico publicou também alguns relatos de expedições científicas às diversas partes do Império português realizadas no final do século XVIII, como o *Extrato da viagem que fez ao sertão de Benguela no ano de 1785 o bacharel Joaquim José da Silva e as Notícias sobre Cabo Negro, extraídas dos fragmentos da viagem do doutor Joaquim José da Silva*, que são parte do diário da viagem de dois anos que aquele naturalista realizou entre 1785 e 1787 pelos sertões de Angola; ou o *Ensaio político sobre as ilhas de Cabo Verde para servir de plano à História Filosófica das mesmas*, de João da Silva Feijó, que tratava das observações feitas por ele quando de sua estada naquelas ilhas entre os anos de 1783 e 1797. A *Descrição geográfica da capitania de Mato Grosso*, de autoria do Sargento Mor do Real Corpo de Engenheiros Ricardo Francisco de Almeida Serra, que citei mais acima, assim como outro trabalho do mesmo autor, o *Discurso sobre a urgente necessidade de uma povoação na Cachoeira do Salto do Rio Madeira, para facilitar o utilíssimo e indispensável comércio que pela carreira do Pará se deve fomentar para o Mato Grosso, de que resulta a prosperidade de ambas as capitanias*, são memórias escritas no ano de 1797.¹⁷ O que as assemelha, em natureza, àqueles relatos de viagem, quase seus contemporâneos. Os roteiros de viagem publicados em *O Patriota* compartilham, dessa forma, dos mesmos objetivos das memórias resultantes das viagens filosóficas que caracterizaram a difusão da Ilustração no Império português. Manoel Luiz Salgado Guimarães aponta para o fato de que a publicação dos relatos e roteiros de viagem

¹⁵ SERRA, Ricardo Francisco de Almeida. *Descrição geográfica da capitania do Mato Grosso. O Patriota: Jornal literário, político, mercantil, etc.* Rio de Janeiro: Imprensa Régia do Rio de Janeiro, Agosto de 1813. nº 2. p. 56.

¹⁶ KURY, Lorelai. *Descrever a pátria, difundir o saber.* KURY, Lorelai (org.). *Iluminismo e Império no Brasil – O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 141-178.

¹⁷ Almeida Serra foi governador interino da capitania do Mato Grosso no ano de 1796, segundo informa Manoel Luiz Salgado Guimarães. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *As luzes para o Império: História e Progresso nas páginas de O Patriota*, p. 88.

em *O Patriota* pretendia dar a conhecer às populações do litoral um vasto e desconhecido território localizado no interior da América portuguesa. Um território que se apresentava ameaçador enquanto não fosse controlado por um conhecimento que o decodificasse segundo as regras da cultura das *Luzes*:

A preocupação com as regiões interiores do Brasil, sua descrição e esquadramento está presente num conjunto bastante variado de relatos que tendem a reforçar certos princípios justificativos de tais narrativas sobre esses territórios. Conhecê-los seria a melhor maneira de integrá-los e, dessa forma, promover a sua civilização, enfatizando não apenas os aspectos econômicos capazes de promover essa integração, como sobretudo as possibilidades de integração das populações indígenas, este outro da civilização e que parece representar uma ameaça constante.¹⁸

A *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro periódico publicado na América portuguesa, também destacava nas suas edições as medidas tomadas pelo Príncipe Regente para a integração das regiões do *novo império português* da América, atentando particularmente para o andamento do processo de civilização das nações indígenas ainda não totalmente integradas ao processo de colonização portuguesa no início do século XIX. A edição de 17 de maio de 1809, por exemplo, dá notícias dos primeiros resultados da Carta Régia de 13 de maio de 1808, que ordenava ao governador da capitania de Minas Gerais que empreendesse uma “guerra ofensiva” contra a “atroz raça antropófaga” dos índios genericamente denominados de *Botocudos* que habitavam as margens do Rio Doce, criando a Junta da Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce.

Principiam, pois, a sentir-se já os saudáveis efeitos das sábias e paternais providências que S.A.R foi servido dar pela carta régia de 13 de maio do ano passado, não só porque aqueles índios devastadores começam a destruir-se, mas porque assim se animam já os colonos a entrarem novamente para a cultura dos terrenos que haviam abandonado pelo susto das atrocidades daqueles bárbaros.¹⁹

¹⁸ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. As luzes para o Império: História e Progresso nas páginas de *O Patriota*. In: KURY, Lorelai (org.). *Iluminismo e Império no Brasil – O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 92/93.

¹⁹ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 17 de maio de 1809, nº 71. Seguiram-se outras cartas régias sobre a civilização dos índios e as providências a serem tomadas para a navegação do Rio Doce a colonização do território banhado por esse rio e seus afluentes, em 2 de dezembro de 1808, em 5 de novembro de 1808, 1 de abril de 1809 e 7 de outubro de 1809. A respeito da Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce, ver SILVA, Tarcísio Glauco. *Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce: fronteiras, apropriação de espaços e conflitos (1808-1814)*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2006. Dissertação de Mestrado.

Segundo a dita Carta Régia, essa guerra ofensiva deveria continuar até que os indígenas, “movidos do justo terror” das armas imperiais, pedissem a paz e “sujeitando-se ao doce jugo das Leis e prometendo viver em sociedade”. Então, deveriam ser estabelecidos em aldeamentos onde deveria haver igrejas e eclesiásticos que cuidassem da sua educação religiosa e civil. Essas pessoas também estavam autorizadas a utilizá-los como força de trabalho, transformando-os em “vassalos úteis”, segundo o texto da Carta Régia. O que chama a atenção para a sempre premente questão da utilização da mão-de-obra indígena. A Junta estabelecia, dessa forma, um relacionamento de confronto e proteção com os indígenas, que não implicava em uma contradição. O confronto estava reservado para os índios hostis, enquanto os indígenas aldeados deveriam ser protegidos, inclusive, do convívio com os próprios portugueses. Esse relacionamento fica claro dos relatórios de inspeção das seis Divisões da Junta, publicados na *Gazeta do Rio de Janeiro*. Na edição de 6 de outubro de 1810, o periódico publicou o relato da inspeção da Segunda Divisão Militar do Rio Doce feita pelo Brigadeiro Antonio José Dias Coelho, que afirma em relação ao trabalho de combate e aldeamento de indígenas que:

[Os índios] tem sido assiduamente perseguidos pelas nossas patrulhas, do que resultou sujeitarem-se ao Príncipe Regente Nosso Senhor e acharem-se aldeados 975 índios Puris e Xamixunas. (...) Resolveu-se a mudança destes índios para a barra do ribeirão de Santa Ana dos Arrepiados e Casca, sítio muito saudável e próprio para o seu aldeamento, contendo excelentes águas e boas terras de cultura, e servindo de barreira contra os índios ainda não conquistados e domésticos.²⁰

Como sugere o título dado à Junta que então se estabelecia, as providências que se tomavam para a *conquista* e *civilização* das nações indígenas não eram um fim em si mesmas. Mas estavam relacionadas, por um lado, à abertura de rios à navegação, para o transporte de pessoas e mercadorias entre as capitanias de Minas Gerais e Espírito Santo; e, por outro, à abertura de terrenos para o povoamento e o desenvolvimento de atividades produtivas. A Carta Régia de 13 de maio, no seu último parágrafo, deixa esse aspecto bem claro:

Propondo-me igualmente por motivo destas saudáveis providencias contra os Índios Botocudos, preparar os meios convenientes para se estabelecer para o futuro a navegação do Rio Doce, que faça a felicidade

²⁰ Continuação do assunto relativo aos índios da capitania de Minas Gerais. Resposta aos artigos da revista passa à Segunda Divisão Militar do Rio Doce, de que é comandante o Alferes João do Monte da Fonseca, pelo Brigadeiro Antonio José Dias Coelho. *Gazeta do Rio de Janeiro*, nº 80, 6 de outubro de 1810.

dessa Capitania, e desejando igualmente procurar, com a maior economia da minha Real Fazenda, meios para tão saudável empresa; assim como favorecer os que quiserem ir povoar aqueles preciosos terrenos auríferos, abandonados hoje pelo susto que causam os Índios Botecudos [sic].

Com o fim de incentivar o povoamento e o cultivo das terras que, até então, vinham sendo assoladas pelos ataques indígenas, estabelece o mesmo documento que os terrenos que voltassem a ser cultivados ficariam isentos do pagamento de dízimo e os gêneros de comércio que navegassem pelo Rio Doce também estariam isentos das tarifas de exportação e importação, ambos pelo prazo de 10 anos. Por fim, aqueles que se propusessem a estabelecer-se nos ditos terrenos, sendo devedores da Real Fazenda, receberiam a graça de uma moratória por seis anos. A relação que os habitantes da América portuguesa do início do século XIX estabeleciam entre povoamento, comércio e o desenvolvimento daquilo que compreendiam como *Civilização* fica claro em notícia publicada na edição da *Gazeta do Rio de Janeiro* de 4 de setembro de 1813 sobre as medidas tomadas para a abertura da navegação do Rio Jequitinhonha. Outra importante via de comunicação e transporte de gêneros, que ligava as capitanias de Minas Gerais e Bahia:

O Príncipe Regente Nosso Senhor, desejando fazer sensíveis aos habitantes do Brasil os paternais desvelos com que procura a prosperidade dos seus fiéis vassallos, e conhecendo que da facilidade das estradas resulta a comunicação dos povos, e desta nasce o aumento da agricultura e do comércio, tem empregado as Suas sábias providências nestes importantes objetos. (...) A navegação do referido rio, junta à qualidade de terreno e à salubridade do clima, convidam os povos a estabelecer-se vantajosamente nas beiras da nova estrada, e *anunciam um rápido progresso de civilização e interesses de comércio.* (...) E para facilitar a exportação dos gêneros pelo Jequitinhonha, ordenou também S.A.R. que se promovesse a navegação daquele rio, da qual há de resultar o interesse recíproco e particular dos fazendeiros, assim na exportação dos próprios gêneros, como nos fretes das canoas postadas nos lugares cômodos para receberem por baldeação os gêneros logo que a passagem das cachoeiras permitir a navegação. [grifos meus]²¹

Dessa forma, como ressalta Maria Beatriz Nizza da Silva, a pacificação de nações indígenas refratárias ao processo de colonização, a abertura de importantes rios para a navegação e a construção de novas estradas e caminhos entre os núcleos urbanos

²¹ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 4 de setembro de 1813, nº 71.

do litoral e do interior, eram atividades complementares que atendiam ao objetivo último de aumentar a colonização e desenvolver a produção e o comércio: “Tanto o ataque aos botocudos e a outros índios bravos quanto a abertura de estradas e o aproveitamento das vias fluviais tinham como objetivo último a criação de povoações, o aumento do número de colonos e o desenvolvimento da agricultura ou da mineração”.²² Era o desenvolvimento de uma atividade econômica, com o estabelecimento de fluxos comerciais e cadeias de interdependência, propiciando a integração de novas áreas ao centro do *novo império* no Rio de Janeiro, que transformava o *sertão* em *região*. Assim como as *regiões* coloniais, os *sertões* também não se distinguiam por suas características naturais ou por sua localização espacial, mas antes por serem espaços socialmente construídos e delimitados.²³ E as medidas tomadas para a abertura da navegação dos rios Doce e Jequitinhonha nos levam à consideração de que o *sertão* estava fisicamente mais perto da *Civilização* do que imaginavam os homens do século XIX. Não era necessário subir os rios até Cuiabá ou Goiás para se ver fora da *Civilização*. O *sertão* podia ser encontrado bem próximo do litoral e de *regiões* colonizadas há mais de um século.

Se perguntando sobre o lugar da história em um periódico que se definia como *literário, político e mercantil*, mas não *histórico*, Manoel Luiz Salgado Guimarães identifica características comuns que pareciam atravessar o conjunto de textos que compunham a seção de História dos índices de *O Patriota*, onde geralmente estavam classificados relatos e roteiros de viagem: o seu *valor documental* e a sua utilidade para a administração portuguesa.²⁴ Conclui o autor que a narrativa histórica confundia-se com a memória da atuação do Estado português em sua tarefa colonizadora, enfatizando a coragem em enfrentar os desafios de um novo mundo desconhecido e cobiçado por

²² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821): Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 245.

²³ Como explica Ilmar de Mattos, as *regiões* se distinguiam antes não por suas características naturais, mas por serem espaços socialmente construídos e delimitados a partir das relações estabelecidas entre os agentes do processo colonizador: colonizadores, colonos e colonizados, em termos do exercício de seus monopólios. A *região colonial* seria um espaço vivo, em movimento, que expressa a dominação exercida pelo colonizador sobre um território e sobre os demais agentes participantes da aventura colonizadora. MATTOS, Ilmar Rohloff. de, *O Tempo Saquarema*, p. 26 a 28.

²⁴ O periódico apresentava índice em cada um dos exemplares, mas também publicou no seu último número um *Índice Geral do Patriota*. A partir desses índices pode-se identificar 5 seções temáticas: *Ciências* (subdividida em Matemática, Navegação e Hidrografia, Hidráulica, Botânica e Agricultura, Química, Medicina e Mineralogia) *Artes*, *Literatura* (subdividida em Gramática, Eloquência e Poesia), *História* e *Política* (subdividida em Estatística e Comércio). Todavia, um mesmo artigo poderia estar classificado em uma seção temática no índice da edição em que foi publicado e em outra diferente no *Índice Geral*.

inimigos. O que justificaria o número significativo de artigos sobre as capitanias de Mato Grosso e Cuiabá, as áreas mais distantes e desconhecidas da administração do Império, sediada no Rio de Janeiro:

Confundem-se, assim, na produção de um texto considerado de história pelos editores do periódico, demandas formuladas com base nas novas necessidades administrativas por parte do Estado Português, como também exigências de fixação de uma memória de feitos passados e seus respectivos autores com vistas ao trabalho da lembrança. Recordação que busca sempre sublinhar que em suas tarefas administrativas o Estado monárquico português espalhava a civilização como legado maior de sua ação.²⁵

Os relatos e roteiros de viagem reiteravam a presença do Estado e produziam novos sentidos para esses territórios. Difusão do conhecimento com fins pragmáticos e a afirmação de um poder político faziam da Imprensa Régia do Rio de Janeiro herdeira das tipografias criadas no Reino no contexto do reformismo ilustrado português. Apresentava-se, assim, como a *face cultural* do projeto de recriação do Império português na América, ressaltando as profundas vinculações existentes entre saber e poder (ou entre cultura e política) no pensamento ilustrado português. Como explica Juliana Gesuelli Meirelles, a Coroa Portuguesa sob o governo joanino concebeu a imprensa como parte fundamental da sua ação política e cultural e, conseqüentemente, em um âmbito mais amplo, “como âncora de sustentação do Império Português em ambos os lados do Atlântico”.²⁶ Por meio do seu trabalho de *propaganda e censura*, a tipografia da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra cumpria o papel de justificar e legitimar aos olhos dos portugueses dos dois lados do Atlântico, as mudanças pelas quais passava o Império sob o reinado de D. João, em um momento delicado da história da monarquia portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: EdUSP/Kosmos, 1993. 2 v.

²⁵ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *As luzes para o Império: História e Progresso nas páginas de O Patriota*, p. 97.

²⁶ MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na corte joanina: A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-182)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. p. 141.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 278, p. 105 a 170, jan./mar. 1968.

KURY, Lorelai (org.). *Iluminismo e Império no Brasil – O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LYRA, Maria de Lourdes Vianna. *A Utopia do poderoso império*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. *O Vazio: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1995.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.

MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro. In: *Chocolates, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na corte joanina: A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-182)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. *Dom Rodrigo de Souza Coutinho: pensamento e ação político-administrativa no Império Português (1778-1812)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002.

SILVA, Ana Rosa Clocllet da. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2006.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821): Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

